PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2014-09-02	
O Secretário da Mesa	
Jorge Machado (Assinatura)	Digitally signed by Jorge Machado (Assinatura) Date: 2014.09.02 20:28:57 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 2289 / XII (3 .ª)

Assunto: Os últimos processos movidos pela UE contra Portugal, na tentativa de destruir a soberania nacional sobre o controlo aéreo e avocar essa atividade para as multinacionais europeias

Destinatário: Min. da Economia

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Recentemente, a Comissão Europeia terá instado Portugal a acelerar o processo de aplicação do Céu único, ocasião onde Siim Kallas, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelos Transportes, teceu a seguinte consideração: «Temos de acabar definitivamente com as fronteiras nacionais no espaço aéreo europeu. Os blocos funcionais de espaço aéreo são uma componente necessária e vital do Céu Único Europeu. Atualmente, estes espaços aéreos comuns só existem no papel: foram formalmente criados mas não estão ainda operacionais. Insto os Estados-Membros a dar provas de maior ambição e fazer avançar a implementação do Céu Único Europeu».

Desta vez completamente às claras, a União Europeia expõe a natureza da sua política para o Sector Aéreo: destruir as soberanias nacionais (aqui através das FABs, no nosso caso do bloco funcional ibérico) para eliminar a resistência ao desenvolvimento do processo até à concentração monopolista e mercantilização de mais um sector da economia.

Esta ingerência segue-se a um outro processo, onde a União Europeia pretendia retirar a Portugal a gestão da FIR de Santa Maria, para poder integrar essa atividade no negócio que está a preparar.

Hoje, Portugal detém uma excelente e amplamente reconhecida capacidade de controlo do seu espaço aéreo e do espaço Atlântico à sua responsabilidade, prestado através da empresa pública NAV, contribuindo para a segurança e soberania nacional, para a economia nacional e para a criação de emprego com qualidade. Amanhã, se este processo fosse levado até ao fim, teríamos perdido a capacidade soberana de controlar o nosso espaço aéreo e ganho a obrigação de pagar a uma multinacional esse serviço prestado noutro país, com o emprego no sector em Portugal reduzido na melhor das hipóteses aos trabalhadores estritamente necessários a assegurar o funcionamento de TMAs (Áreas de Controlo Terminal) e o Controlo de Aeródromo.

Ao longo de todo este processo a posição portuguesa (ou melhor, a posição de PSD, CDS e PS

que têm determinado a posição expressa por Portugal) tem oscilado entre o alinhamento cúmplice e alguns arremedos de resistência sempre que os trabalhadores do sector intensificam a sua luta e mobilização.

Esta prática leva-nos a ter legítimas dúvidas sobre qual a resposta que o Governo português irá dar às pressões da União Europeia que foram sendo expressas durante o Verão.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

1. Que resposta vai dar o Governo Português à tentativa de liquidação da soberania nacional sobre o controlo do espaço aéreo nacional?
2. Que resposta vai dar o Governo Português à tentativa de destruição da empresa pública NAV e de privatização de alguns dos seus sectores operacionais, que está contida na lógica de implementação do "Céu Único Europeu"?
3. Que resposta está a ser dada às tentativas de retirar a Portugal e à NAV a FIR de Santa Maria?

Palácio de São Bento, terça-feira, 2 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.